

LAUDO

PERICIAL

I - DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS :

Com a finalidade principal de informar e trazer elementos elucidativos, capazes de permitir um perfeito entendimento da controvérsia que envolve a parte fática da matéria em questão, elaborei o presente Laudo Pericial examinando, minuciosamente, toda a documentação disponível.

II - OBJETO :

Trata-se de Ação de Revisão de Contrato, na qual o Autor pleiteia a revisão do financiamento celebrado com a Instituição Financeira, ora Ré.

III - HISTÓRICO :

“ O Autor, em inicial de fls. 02/19, requer inicialmente o benefício da gratuidade de justiça.

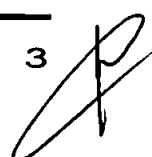
Relata que no mês de novembro de 2006 firmou com o Réu um Contrato de Arrendamento Mercantil (leasing) tendo como objeto um automóvel.

Afirma que o Réu cometeu excesso na estipulação dos juros contratuais, que houve, ainda, a ocorrência de capitalização de juros (anatocismo), questiona, também, a incidência de tarifas de abertura de conta, a utilização da tabela price e a cobrança de comissão de permanência.”

“ Em fls. 39 foi deferida a Justiça Gratuita a parte Autora. ”

“ Em Contestação de fls. 49/71, o Réu afirma que não assiste razão ao Autor, em virtude do que devem ser julgados integralmente improcedentes seus pedidos. ”

Na r. Decisão de fls. 83 foi deferida a realização da prova pericial solicitada pelo Autor, tendo a minha nomeação ocorrida às fls. 156. ”



IV - QUESITOS DO AUTOR (Fls. 45/47)

Quesito 1

“ Queira o Ilustre Expert informar se quando o contrato do autor foi assinado a TAC já era proibida pelo BACEN. ”

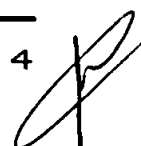
Resposta : A Resolução nº 3.518 do Banco Central do Brasil, de 06 de dezembro de 2007, teve como objetivo disciplinar:

“(…) a cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.(…) ”

O Artigo 1º da referida resolução estabelecia que: “ (…)

A cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deve estar prevista no contrato firmado entre a instituição e o cliente ou ter sido o respectivo serviço previamente autorizado ou solicitado pelo cliente ou pelo usuário.(…) ”

No dia 25 de novembro de 2010 o Banco Central do Brasil publicou a Resolução nº 3.919, normativo este elaborado com intuito de alterar e consolidar “(…) as normas sobre cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências.(…) ”



Em seu Artigo primeiro a Resolução 3.919 estabelece:

" (...) A cobrança de remuneração pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conceituada como tarifa para fins desta resolução, deve estar prevista no contrato firmado entre a instituição e o cliente ou ter sido o respectivo serviço previamente autorizado ou solicitado pelo cliente ou pelo usuário. (...) "

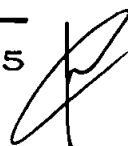
No contrato firmado entre as partes encontra-se especificado a cobrança de "*Taxa de Abertura de Crédito*" no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), montante a ser acrescido sobre o valor base do financiamento.

Ressaltamos que, a análise da legalidade da referida cobrança é matéria de mérito, que foge à competência deste Perito.

Quesito 2

" Queira o Ilustre Expert informar o porque das instituições financeiras terem criado as taxas de abertura de conta? "

Resposta : De um modo geral as Instituições Financeiras cobram a "Taxa de Abertura de Crédito" alegando que esta quantia destina-se à confecção de cadastro para início de relacionamento e para a renovação dos dados do cliente.



Quesito 3

“ Queira o Ilustre Perito informar se o valor total que vem sendo pago pelo autor corresponde ao CET (Custo Efetivo Total) constante no contrato. Se a resposta for negativa, queira o Dr. Perito esclarecer que valores estão divergentes do CET, qual seu total, discriminadamente, e qual a porcentagem. ”

Resposta : No contrato acostado em fls. 141/142 verificamos que há indicação da incidência das seguintes taxas de juros:

Taxa mensal	Taxa anual
2,80% a.m.	39,30% a.a.

Quesito 4

“ Queira o Ilustre Expert explicar o que é comissão de permanência; ”

Resposta : Comissão de permanência é o encargo cobrado pelas Instituições Financeiras sobre o valor em atraso.

A Resolução do Banco Central do Brasil nº 1.129 de maio de 1986, estabelece “in verbis” que:

“ (...) I - Facultar aos bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, caixas econômicas, cooperativas de crédito, sociedades de

crédito, financiamento e investimento e sociedades de arrendamento mercantil cobrar de seus devedores por dia de atraso no pagamento ou na liquidação de seus débitos, além de juros de mora na forma da legislação em vigor, "comissão de permanência", que será calculada às mesmas taxas pactuadas no contrato original ou à taxa de mercado do dia do pagamento.

II - Além dos encargos previstos no item anterior, não será permitida a cobrança de quaisquer outras quantias compensatórias pelo atraso no pagamento dos débitos vencidos. (...) "

Quesito 5

" Queira o ilustre Expert informar se no contrato firmado entre Autor e Réu consta previsão de cobrança de comissão de permanência; "

Resposta : Sim. No contrato apresentado às fls. 141/142, consta que no caso de inadimplência haveria a cobrança do referido encargo com uma taxa de 19,90% ao mês.

Quesito 6

" Queira o Ilustre Expert informar se nos meses em que houve atraso pelo autor ocorreu a cobrança da comissão de permanência cumulada com juros remuneratórios. Em caso positivo, queira o Dr. Perito informar o quanto foi cobrado a título de comissão de permanência e a título de juros remuneratórios, bem como a porcentagem de cada uma. "

Resposta : Ao analisarmos todo o conteúdo dos autos, não verificamos nenhum documento de suporte e que demonstre, com clareza, a cobrança de comissão de permanência efetuada pela Ré.

Quesito 7

“ Queira o Ilustre Perito informar qual a taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central à época da assinatura do contrato e atualmente, caso sejam diversas, para os juros remuneratórios. ”

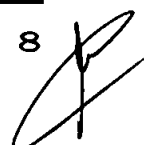
Resposta : Na data da celebração do contrato, 20 de novembro de 2006, as taxas médias de juros divulgadas pelo Banco Central do Brasil eram as seguintes:

Modalidade de crédito	Taxa mensal	Taxa anual
Aquisição de bens pessoa física - veículos	2,36% a.m.	32,32% a.a.
Crédito pessoal – P.F.	3,84% a.m.	57,18% a.a.
Cheque especial	7,64% a.m.	142,04% a.a.

Quesito 8

“ Queira o Ilustre Perito informar se no contrato objetivo da presente demanda o réu está utilizando a taxa média de mercado do Banco Central para aplicação dos juros remuneratórios? Em caso negativo, queira o Dr. Perito demonstrar como ficariam os valores se o réu estivesse utilizando a taxa média de mercado do BACEN e que taxa vem sendo aplicada pelo réu. ”

Resposta : A taxa de juros praticada pelo Réu encontra-se dentro da média de mercado na modalidade de crédito em exame.



Quesito 9

“ Queira o Ilustre Expert informar o que seria menos oneroso ao contrato objeto da presente: comissão de permanência ou sua substituição pelo IGP-M? Queira o Dr. Perito fazer uma planilha comparando ambas as cobranças. ”

Resposta : Na hipótese acima, o emprego do IGP-M como base de cálculo da comissão de permanência seria mais "atrativo" para o cliente; entretanto, não constatamos a cobrança da comissão de permanência.

Quesito 10

“ Queira o Ilustre Expert explicar detalhadamente o que é a Tabela Price, conceituando-a e explicando em que casos ela pode ser utilizada. ”

Resposta : A Tabela Price consiste de um plano de amortização que estabelece prestações periódicas, iguais e sucessivas. É utilizada usualmente pelas Instituições Financeiras no cômputo de financiamentos de bens, empréstimos e parcelamento de débitos.

Quesito 11

“ Queira o Ilustre Expert informar se é correto dizer que o uso da Tabela Price implica em capitalização de juros ou juros sobre juros ou anatocismo. ”

Resposta : Não. A parcela do financiamento foi computada com base no Sistema Francês de Amortização (Tabela Price), mediante o emprego da seguinte expressão:

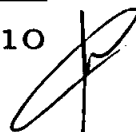
$$PM = VF \times \frac{i \times (1 + i)^n}{(1 + i)^n - 1}$$

Todavia, a discussão sobre o emprego da Tabela Price como base de cálculo dos financiamentos encontra-se pacificada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que entende que a simples utilização de tal modalidade de crédito não caracteriza ocorrência de capitalização composta de juros.

Quesito 12

“ Queira o Ilustre Expert informar se no contrato assinado pelo autor vem sendo utilizada a Tabela Price. Em caso positivo, favor fazer planilha demonstrando como ficaria o contrato sem o uso da tabela price e em quanto seu uso vem onerando o contrato do autor (demonstrar em valores e porcentagem). Em caso negativo, queira informar se, independente da aplicação da Tabela Price, existe capitalização de juros no contrato do autor. ”

Resposta : No que concerne a incidência de juros em decorrência do emprego da Tabela Price, ver resposta ao quesito anterior.



Quanto à revisão do Contrato, informamos que ao procedermos ao recálculo da prestação, à juros simples e excluindo da base do financiamento o valor da "taxa de abertura de crédito", utilizando, ainda, a mesma taxa de juros praticada pelo Réu, o valor da prestação mensal montaria em R\$ 167,27 (cento e sessenta e sete reais e vinte e sete centavos).

Ao procedermos à revisão do Contrato adotando o valor da prestação a juros simples e considerando os valores quitados no curso do mesmo, ao final o Autor teria um saldo credor no valor de R\$ 2.093,82 (dois mil noventa e três reais e oitenta e dois centavos), que corresponde a 1.080,85 UFIRS-RJ e conforme planilha abaixo:

Prest.	Vencimento	Pagamento	Prest. recal.	Encargos	Valor pago	Saldo
0						6.021,72
1	20/12/2006	13/12/2006	167,27	0,00	225,4	5.796,32
2	20/01/2007	13/12/2006	167,27	0,00	225,4	5.570,92
3	20/02/2007	07/02/2007	167,27	0,00	225,4	5.345,52
4	20/03/2007	07/02/2007	167,27	0,00	225,4	5.120,12
5	20/04/2007	21/03/2007	167,27	0,00	225,4	4.894,72
6	20/05/2007	01/03/2007	167,27	0,00	225,4	4.669,32
7	20/06/2007	21/05/2007	167,27	0,00	225,4	4.443,92
8	20/07/2007	21/05/2007	167,27	0,00	225,4	4.218,52
9	20/08/2007	21/05/2007	167,27	0,00	225,4	3.993,12
10	20/09/2007	10/08/2007	167,27	0,00	225,4	3.767,72
11	20/10/2007	10/08/2007	167,27	0,00	225,4	3.542,32
12	20/11/2007	10/08/2007	167,27	0,00	225,4	3.316,92
13	20/12/2007	10/10/2007	167,27	0,00	225,4	3.091,52
14	20/01/2008	07/12/2007	167,27	0,00	225,4	2.866,12
15	20/02/2008	07/12/2007	167,27	0,00	225,4	2.640,72
16	20/03/2008	07/12/2007	167,27	0,00	225,4	2.415,32
17	20/04/2008	08/02/2008	167,27	0,00	225,4	2.189,92
18	20/05/2008	08/02/2008	167,27	0,00	225,4	1.964,52
19	20/06/2008	17/06/2008	167,27	0,00	225,4	1.739,12
20	20/07/2008	17/06/2008	167,27	0,00	225,4	1.513,72

Prest.	Vencimento	Pagamento	Prest. recal.	Encargos	Valor pago	Saldo
21	20/08/2008	17/06/2008	167,27	0,00	225,4	1.288,32
22	20/09/2008	19/09/2008	167,27	0,00	225,4	1.062,92
23	20/10/2008	22/10/2008	167,27	5,67	232,21	836,38
24	20/11/2008	19/11/2008	167,27	0,00	225,4	610,98
25	20/12/2008	22/12/2008	167,27	0,00	225,4	385,58
26	20/01/2009	19/01/2009	167,27	0,00	225,4	160,18
27	20/02/2009	17/02/2009	167,27	0,00	225,4	(65,22)
28	20/03/2009	19/03/2009	167,27	0,00	225,4	(290,62)
29	20/04/2009	16/04/2009	167,27	0,00	225,4	(516,02)
30	20/05/2009	19/05/2009	167,27	0,00	225,4	(741,42)
31	20/06/2009	20/06/2009	167,27	0,00	225,4	(966,82)
32	20/07/2009	17/07/2009	167,27	0,00	225,4	(1.192,22)
33	20/08/2009	07/08/2009	167,27	0,00	225,4	(1.417,62)
34	20/09/2009	31/08/2009	167,27	0,00	225,4	(1.643,02)
35	20/10/2009	31/08/2009	167,27	0,00	225,4	(1.868,42)
36	20/11/2009	31/08/2009	167,27	0,00	225,4	(2.093,82)

Quesito 13

“ Queira o Ilustre Expert informar como é feito o cálculo para pagamento do VRG (Valor Residual Garantido), caso haja opção de compra pelo autor. ”

Resposta : O cálculo do VRG ocorre em Contratos de Arrendamento Mercantil (leasing).

Apesar do Autor em sua peça inicial citar que pactuou com o Réu um Contrato de Leasing, verificamos que na realidade o financiamento em contenda é de Crédito Direto ao Consumidor - CDC com alienação fiduciária, conforme cópia acostada em fls. 141/144.

Neste prisma, o estudo do evento sugerido foge ao objeto do contrato em contenda.

Quesito 14

“ Queira o Ilustre Expert informar se, havendo opção de compra pelo autor no final do contrato, obrigatoriamente haverá valor residual a ser pago ou o valor pode ser o mesmo quando houve a contratação. ”

Resposta : Deixamos de atender ao quesito formulado, pelas mesmas motivações mencionadas no quesito antecedente.

Quesito 15

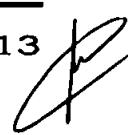
“ Queira o Ilustre Expert informar se no contrato do autor foi cobrado algum valor a título de VRG (valor residual garantido). Em caso de resposta positiva, qual o valor que foi cobrado no total e quanto em cada mês a este título? ”

Resposta : Favor reportar-se à resposta do quesito nº 13 desta série.

Quesito 16

“ Queira o Ilustre Expert informar se a cobrança do VRG (valor residual garantido) está inserida no CET (custo efetivo total). ”

Resposta : Não ocorreu a cobrança de VRG no Contrato em debate.



Quesito 17

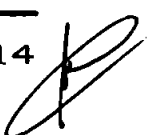
“ Queira o Ilustre Expert informar se existe mais algum valor cobrado no financiamento do autor sem previsão no contrato assinado. Em caso positivo, queira especificar que valor é esse, quando pode ser utilizado e em quanto onerou o contrato objeto da presente demanda. ”

Resposta : Não. Todos os valores acrescidos ao valor base do financiamento foram especificados no Contrato.

Quesito 18

“ Queira o Ilustre Expert informar se o contrato feito pelo réu possui linguagem de fácil compreensão ou termos técnicos, os quais um leigo não consegue entender. ”

Resposta : Os Contratos de Financiamento possuem cláusulas, terminologias e especificações cuja compreensão torna-se difícil para pessoas que não detenham conhecimentos técnicos sobre a matéria.



V - CONCLUSÃO :

Informo, inicialmente, que a parte Ré não apresentou quesitos.

Trata-se de Ação de Revisão de Contrato na qual o Autor pleiteia a revisão do financiamento celebrado com a Instituição Financeira, ora Ré.

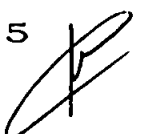
O Autor questiona, ainda, os critérios das cobranças praticadas pelo Réu, em especial a inclusão da Taxa de Abertura de Crédito na base de cálculo do financiamento.

A Perícia foi realizada e baseada nos boletos de pagamentos acostados em fls. 90/108 e no Contrato de Financiamento de fls. 141/142.

Deste modo, podemos concluir que:

As partes celebraram em 21 de novembro de 2006, um Contrato de Crédito Direto ao Consumidor - CDC com alienação fiduciária, tendo como objeto um automóvel.

Foram estipuladas as seguintes especificações na liberação do crédito concedido a parte Autora:



Número do contrato	860000914160
Valor do veículo	R\$ 4.400,00
I.O.C.	R\$ 68,28
Tarifa de Abertura de Crédito	R\$ 600,00
Valor base financiado	R\$ 5.068,28
Taxa efetiva aplicada (ao mês)	2,80%
Taxa efetiva aplicada (ao ano)	39,30%
Quantidade de parcelas	36
Valor da prestação mensal	R\$ 225,40
Total financiado	R\$ 8.114,40

O Autor pagou todas as 36 (trinta e seis) parcelas estipuladas pelo Réu, ou seja, quitou o financiamento firmado entre as partes.

Em exame dos critérios de cobranças adotados pelo Réu e baseado no Contrato celebrado entre as partes, tanto no cômputo da prestação, quanto nos valores das parcelas quitadas pelo Autor, não constatamos que tenha ocorrido excessos de cobranças por parte da Instituição Financeira.

Ao procedermos à revisão do Contrato, conforme solicitação do Autor e adotando o mesmo sistema de amortização adotado pelo Réu (Tabele Price), excluindo do valor base do Contrato a Taxa de Abertura de Crédito, o valor da prestação mensal montaria em R\$ 198,60 (cento e noventa e oito reais e sessenta centavos).

Ao evoluirmos o Contrato considerando o valor da prestação supracitado no parágrafo anterior e deduzindo do saldo do contrato os valores quitados pelo Autor, existiria um saldo credor em favor do Autor na quantia de R\$ 964,87 (novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), equivalente a 498,07 UFIR-RJ, conforme planilha abaixo de cálculo:

Prest.	Vencimento	Pagamento	Prest. recal.	Encargos	Valor pago	Saldo
0						7.149,60
1	20/12/2006	13/12/2006	198,60	0,00	225,4	6.924,20
2	20/01/2007	13/12/2006	198,60	0,00	225,4	6.698,80
3	20/02/2007	07/02/2007	198,60	0,00	225,4	6.473,40
4	20/03/2007	07/02/2007	198,60	0,00	225,4	6.248,00
5	20/04/2007	21/03/2007	198,60	0,00	225,4	6.022,60
6	20/05/2007	01/03/2007	198,60	0,00	225,4	5.797,20
7	20/06/2007	21/05/2007	198,60	0,00	225,4	5.571,80
8	20/07/2007	21/05/2007	198,60	0,00	225,4	5.346,40
9	20/08/2007	21/05/2007	198,60	0,00	225,4	5.121,00
10	20/09/2007	10/08/2007	198,60	0,00	225,4	4.895,60
11	20/10/2007	10/08/2007	198,60	0,00	225,4	4.670,20
12	20/11/2007	10/08/2007	198,60	0,00	225,4	4.444,80
13	20/12/2007	10/10/2007	198,60	0,00	225,4	4.219,40
14	20/01/2008	07/12/2007	198,60	0,00	225,4	3.994,00
15	20/02/2008	07/12/2007	198,60	0,00	225,4	3.768,60
16	20/03/2008	07/12/2007	198,60	0,00	225,4	3.543,20
17	20/04/2008	08/02/2008	198,60	0,00	225,4	3.317,80
18	20/05/2008	08/02/2008	198,60	0,00	225,4	3.092,40
19	20/06/2008	17/06/2008	198,60	0,00	225,4	2.867,00
20	20/07/2008	17/06/2008	198,60	0,00	225,4	2.641,60

195

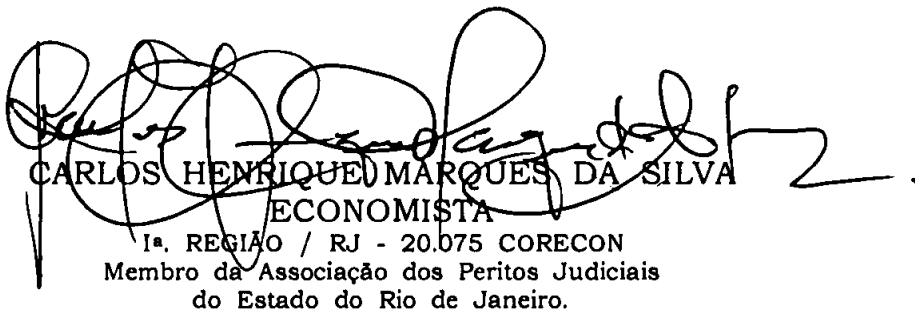
Carlos Henrique Marques da Silva
PERITO JUDICIAL

Prest.	Vencimento	Pagamento	Prest. recal.	Encargos	Valor pago	Saldo
21	20/08/2008	17/06/2008	198,60	0,00	225,4	2.416,20
22	20/09/2008	19/09/2008	198,60	0,00	225,4	2.190,80
23	20/10/2008	22/10/2008	198,60	6,74	232,21	1.965,33
24	20/11/2008	19/11/2008	198,60	0,00	225,4	1.739,93
25	20/12/2008	22/12/2008	198,60	0,00	225,4	1.514,53
26	20/01/2009	19/01/2009	198,60	0,00	225,4	1.289,13
27	20/02/2009	17/02/2009	198,60	0,00	225,4	1.063,73
28	20/03/2009	19/03/2009	198,60	0,00	225,4	838,33
29	20/04/2009	16/04/2009	198,60	0,00	225,4	612,93
30	20/05/2009	19/05/2009	198,60	0,00	225,4	387,53
31	20/06/2009	20/06/2009	198,60	0,00	225,4	162,13
32	20/07/2009	17/07/2009	198,60	0,00	225,4	(63,27)
33	20/08/2009	07/08/2009	198,60	0,00	225,4	(288,67)
34	20/09/2009	31/08/2009	198,60	0,00	225,4	(514,07)
35	20/10/2009	31/08/2009	198,60	0,00	225,4	(739,47)
36	20/11/2009	31/08/2009	198,60	0,00	225,4	(964,87)

Nada mais havendo a responder ou a considerar, encerro o presente Laudo Pericial, resultado do trabalho desenvolvido, o qual contém 18 (dezoito) laudas, sendo todas as folhas numeradas e rubricadas.

Apresento sinceros votos de apreço ao honroso mandado, ora cumprido, e reitero minha disponibilidade ao Juízo.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2016.


CARLOS HENRIQUE MARQUES DA SILVA
ECONOMISTA
1ª. REGIÃO / RJ - 20.075 CORECON
Membro da Associação dos Peritos Judiciais
do Estado do Rio de Janeiro.